

## CUT atua para Câmara manter proposta do arcabouço fiscal a ser votada na terça

A proposta de Arcabouço Fiscal (PLP 93/2023) elaborada pelo Ministério da Fazenda, poderá ser votada nesta terça-feira (22), na Câmara dos Deputados. A previsão para a votação já havia sido anunciada, na semana passada, pelo presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL). Ainda nesta segunda-feira (21), o parlamentar convocou uma reunião para o final do dia com técnicos do ministério e líderes de partido para discutir as emendas apresentadas ao projeto no Senado.

O projeto de arcabouço fiscal, elaborado pela Fazenda substitui o famigerado ‘teto de gastos’, a Emenda Constitucional 95, de 2016, (governo de Michel Temer), que congelava os gastos públicos, inclusive os essenciais, como saúde e educação por 20 anos.

Inicialmente, a proposta havia sido aprovada pela Câmara, com alterações ao texto original que incluem a proibição da criação de funções ou cargos públicos que impliquem em aumento de despesas, além de não permitir a majoração de auxílios, reajustes de despesas obrigatórias e a concessão ou ampliação de incentivos fiscais. Após aprovação na Casa, o projeto seguiu ao Senado.

“O projeto foi deturpado na Câmara com a inclusão de algumas verbas orçamentárias constitucionais. São gastos com saúde e educação, por exemplo, e que não deveriam fazer parte do arcabouço, então se tentou corrigir isso no Senado”, explica o secretário nacional de Administração e Finanças da CUT. Ariovaldo de Camargo.

Ele afirma que a CUT acompanhou o debate no Senado para retirar alguns serviços que têm previsão orçamentária própria. “Atuamos junto aos senadores para que que fossem tirados do projeto

investimentos como o Minha Casa, Minha Vida e em políticas sociais, no sentido de que se faça um controle da política econômica e do orçamento, mas sem prejuízo de aplicações sociais”, afirma o dirigente.

Camargo reforça que tal equilíbrio com responsabilidade social é uma premissa do projeto de governo que venceu as eleições em 2022. “Um olhar diferenciado para serviços públicos que atendem a maioria da população e que precisam da atuação do Estado”, diz o sindicalista, exemplificando com o Bolsa Família, que está no arcabouço.

“O Bolsa Família é uma política importante para a dignidade e para o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade econômica à cesta-básica, o que se torna um combate à fome e à insegurança alimentar”, diz Ariovaldo.

### A proposta no Senado

Na Casa, o relator do arcabouço fiscal, senador Omar Aziz (PSD-AM), incluiu três novas exceções à lista de conjuntos de despesas que ficam excluídos das regras de limitação ao crescimento dos gastos:

A complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

O Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) Despesas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação. Portanto, tais pontos ficariam de fora do novo limite de gastos. Além disso, o senador aceitou uma emenda proposta pelo líder do governo, senador Randolfe Rodrigues (AP – sem partido), que ao governo utilizar uma estimativa de inflação anual para ampliar o seu limite de gastos ainda na fase de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

### A proposta como está

O presidente da Câmara Arthur Lira, ao anunciar a votação para esta terça-feira, disse também que as mudanças no Senado foram significativas, por isso a reunião com técnicos do ministério da Fazenda e líderes de partido se mostrou necessária. Portanto, a votação desta terça será decisiva para o teor do arcabouço.

A CUT atua para que não haja mais mudanças e que o texto do Senado seja votado como está.

“Entendemos que neste momento, apesar não ser o texto original enviado pelo ministro Fernando Haddad, não há muito o que fazer a não ser continuar insistindo para que a Câmara não traga de volta os elementos retirados pelo Senado, que melhoram a proposta que saiu da Câmara”, disse Ariovaldo de Camargo, se referindo ao Fundeb e investimentos em ciência e tecnologia.

Para outros pontos essenciais que constitucionalmente deveriam ficar fora do arcabouço, mas foram incluídos pela Câmara, o próximo passo é “trabalhar dentro da política de reforma Tributária, para que o arcabouço não seja um limitador de investimentos”.

Desta forma, ele explica, “se o Estado aumenta a arrecadação com uma política de tributação de grandes fortunas, de lucros e de dividendos, por exemplo, terá um orçamento mais robusto que permitirá mais investimentos”.

De acordo com relatos ouvidos pela Carta Capital, Lira havia dito que aguardaria a conclusão de ‘conversas’ de líderes do PP e do Republicanos com Lula para agendar a votação do marco fiscal.

As legendas do Centrão tentam abocanhar mais espaço na Esplanada, enquanto o governo busca ampliar sua base de apoio.

Fonte: CUT



## ‘Revogação’ feito por Lula mostra avanço na agenda de direitos, aponta levantamento

Levantamento divulgado na semana passada revela que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva revogou 46% de normas infralegais do governo anterior. Isso inclui decretos, portarias, instruções normativas e outras resoluções. O estudo sobre o “revogação” foi feito pela Fundação Lauro Campos e Marielle Franco (FLCMF), vinculada ao Psol, e pelo escritório brasileiro da fundação Rosa Luxemburgo, do partido Die Linke, da Alemanha. De 210 atos listados, Lula revogou 97 (46,17%)

Coordenado pelo Núcleo de Análises, Pesquisa e Estudos (Nape) da FLCMF, o Revogação e a Reconstrução da Democracia Brasileira é uma continuação de levantamento feito no ano passado. Em 2022, uma equipe de 30 pesquisadoras analisou aproximadamente 20 mil normas infralegais, além medidas provisórias, projetos e emendas à Constituição.

### Entulho jurídico

“Neste trabalho que foi apresentado ao governo de transição do governo Lula, apontamos o entulho jurídico que precisava ser revogado. Agora estamos trazendo o balanço dos primeiros 200 dias de governo. Identificamos sensíveis e importantes avanços”, afirma a

presidenta da FLCMF, Natália Szermeta. “Esperamos com esse novo estudo ampliar o debate público e fortalecer os argumentos para seguirmos retirando os entraves infralegais deixados pelo bolsonarismo. Assim podemos avançar ainda mais na agenda de direitos sociais vencedora nas urnas.”

Segundo ela, os 97 atos já revogados estavam incluídos como prioridades na lista de 2022. Sessenta dessas anulações eram apontadas como “questão primordial” para a democracia.

### Reconstrução de políticas

“A edição do Revogação 2023 mostra que, como resultado dos atos revogados por Lula, as mulheres voltaram a ser prioridade das políticas de saúde, com a reconstrução da área de políticas de gênero do SUS, assim como a atenção à população LGBTQI-APN+, que soma 31 milhões de pessoas no Brasil”, comenta a fundação. “No mesmo sentido, povos indígenas e quilombolas voltaram a ser sujeitos de direito com a retomada das demarcações de terra e o Brasil deixou a posição de pária internacional que viveu com Bolsonaro.”

Os responsáveis pelo levantamento citam “fim do amplo programa de privatizações do ex-presidente, com destaque para a

retomada de uma visão estratégica sobre a Petrobras”, políticas na área de ciência e tecnologia, aumento das bolsas de pós-graduação e financiamento de pesquisas. “A retomada das políticas de transparência de dados e informações como a quebra do Sigilo de 100 anos decretado por Bolsonaro, a retomada das políticas de fiscalização ambiental e do trabalho análogo à escravidão com multas e punições aos infratores também são resultado direto dos atos revogados pelo presidente Lula.”

Segundo o cientista político Josué Medeiros, coordenador do Nape e das pesquisas feitas em 2022 e 2023, no ano passado o levantamento exibiu o que ele chama de “Método Bolsonaro de Destruição da Democracia”. Agora, com o atual levantamento, além do avanço, “destacamos o quanto falta avançar, o que só ocorrerá com mobilização da sociedade brasileira em defesa da democracia”.

Principais temas (número de revogações):\*  
Segurança pública – 21  
Meio ambiente – 9  
Educação e Economia/  
Trabalho – 7 (cada)  
Saúde – 6

Fonte: CUT

SINDSEP  
Entrevista

ACOMPANHE O PROGRAMA NA TV ALTERNATIVA CANAL 19.1 AOS  
SÁBADOS 10:30 E REPRISAS AOS DOMINGOS TAMBÉM ÀS 10:30 E EM  
NOSSAS REDES SOCIAIS TODAS AS SEGUNDAS A PARTIR DE 16H

f @ t v  
sindsepmaranhao

